



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ**

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2023
REGISTRO DE PREÇOS Nº018/2023**

LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA

LTDA, sediada na Rua Eduardo Ferragut, n.º 55, Bairro Pinheirinho, Vinhedo/SP., CEP. 13.289-322, inscrita no CNPJ sob n.º 62.011.788/0001-99, por seus procuradores, vem, respeitosamente, à presença de V. Sa. apresentar

IMPUGNAÇÃO

ao Edital em epígrafe, pelos motivos fáticos e de direito abaixo consignados:

I - DA NECESSÁRIA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que o instituto da impugnação ao Instrumento Convocatório está legitimamente previsto na legislação de regência em seu artigo 41¹, §1º e §2º, o qual se presta a cumprir, de forma subsidiária, um efetivo papel de controle social sobre os atos administrativos, de maneira que possa indicar os elementos que tornam o procedimento inapto a seleção da melhor proposta para o objeto que se pretende contratar.

¹**Art. 41.** *A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*

§ 1º *Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.*

§ 2º *Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.* (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

A impugnação tem por objetivo possibilitar ao cidadão ou ao licitante apontar à Administração a existência de vícios de legalidade, irregularidades e inconsistências nos editais, de modo a viabilizar a sua correção e adequação. O fundamento constitucional é identificado no direito de petição consagrado no art. 5º, XXXIV, “a”, da CRFB, segundo o qual, “são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos”.

Desta forma, temos que o certame ora analisado, possui elementos que, se mantidos, incorrerá o administrador público em infração político-administrativa, ensejando a nulidade do procedimento e consequente responsabilização daqueles que deram causa a contratação e consequente execução contratual, em prejuízo aos princípios norteadores da administração pública.

De outra banda, A Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002 assegura a qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica a prerrogativa de formular representação ao Tribunal de Contas (controle externo) ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno (art. 74 da CRFB) contra irregularidades e vícios de legalidade. Por meio da representação, é possível provocar a atuação dos Tribunais de Contas e órgãos de controle interno não apenas a posteriori – quando se aponta a prática de ilegalidade no curso da etapa externa da licitação –, mas também de forma preventiva, para promover a devida correção nos vícios no edital e na etapa interna do procedimento licitatório.

Tal assertiva é de fundamental importância, eis que proporciona o controle social àqueles legitimados em nosso ordenamento jurídico, de maneira a buscar, por todos os meios legais, a proteção do interesse público em face de “defeitos” que podem ser corrigidos de ofício pelo zeloso Administrador Público.

Desta feita, passamos a apresentar, de forma sucinta, os vícios que impedem o prosseguimento do certame na forma em que se encontra, senão vejamos:

II - DA IRREGULARIDADE E ILEGALIDADE A LASTREAR A PRESENTE LICITAÇÃO

A - DO MESMO SERVIÇO SER EXIGIDO COM NOMEAÇÃO DIFERENTE

assim dispõe :

O edital a respeito da qualificação técnica operacional

9.1.15 – Comprovante (s) de aptidão técnico-operacional, em nome da Licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter executado no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de serviços semelhantes aos indicados abaixo. Os quantitativos constam da planilha orçamentária que integra este edital.

- a) CAPINA (EXECUÇÃO, INCLUINDO REMOÇÃO DO MATERIAL ATÉ 5 KM).
- b) ROÇADA MECANIZADA (EXECUÇÃO, INCLUINDO REMOÇÃO DO MATERIAL ATÉ 5 KM).
- c) PINTURA DE MEIO FIO COM CAL, 2 DEMAO, INCL.FIXADOR.
- d) SERVIÇO DE LIMPEZA DE FEIRAS E EVENTOS.
- e) LAVAGEM DE VIAS.
- f) LIMPEZA DE SARJETAS DE LOGRADOUROS PUBLICOS URBANOS.
- g) COLETA DE ENTULHO.

Ativar o Windows

Como se vê no item a) é exigido a experiência com a capina, ocorre que no item f) novamente se pede experiência com o serviço de capina.

Embora o item leve o nome de Limpeza de Sarjetas de logradouros públicos urbanos, o mesmo se trata de serviço de capinação, veja a descrição do próprio edital:

1.6. LIMPEZA DE SARJETAS DE LOGRADOUROS PUBLICOS URBANOS

a) A limpeza de sarjetas de logradouros públicos urbanos será realizada nos locais onde não é efetuada varrição regular frequente, ou quando chuvas ou ventos carreiam detritos para os logradouros, os quais se acumulam nas sarjetas, causando problemas de drenagem pluvial, além de crescimento de mato e ervas daninhas.

b) Os serviços de limpeza consistem na capina do mato e na raspagem da terra das sarjetas buscando restabelecer as condições de drenagem e evitar o mau aspecto das vias públicas.

c) Consistem na operação de limpeza dos resíduos existentes, tipo areia, lama, terra, vegetação e outros, executada ao longo das vias e logradouros em cada uma das margens, e eventualmente também na superfície dos passeios e canteiros centrais.

O Edital pede a comprovação com o mesmo serviço, todavia, utiliza nome distinto, o que pode estar favorecendo algumas das licitantes.

Ora, se ambos os serviços são a respeito de capinação, deveria existir a soma do serviço e exigir apenas o serviço de capina, ou ainda se exigir apenas o primeiro quantitativo do serviço de capina.

Desta forma, resta comprovado que o Edital carece de reforma. É o que se requer.

B – DOS SALÁRIOS E BENEFÍCIOS ORÇADO EM CONVENÇÃO COLETIVA EXPIRADA E COM SALÁRIO INFERIOR AO MÍNIMO NACIONAL

Da análise do orçamento da contratante, se percebe que a mesma utilizou norma coletiva com validade para o ano de 2022 e não para o ano 2023.

Com isso todos os salários e benefícios dos motoristas estão defasados, não condizendo com o que a empresa contratante realmente terá que pagar aos empregados.

Não sendo suficiente, de acordo com o valor do adicional de insalubridade para todas as funções de mão de obra, se constata que o mesmo fora baseado no salário mínimo de R\$ 1.302,00, quando, todos sabem que o valor do salário mínimo nacional vigente é R\$ 1320,00.

Desta forma, se comprova que o orçamento a respeito da mão de obra carece de reforma.

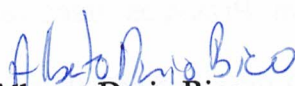
III - CONCLUSÃO

Requer seja conhecida e acolhida a presente Impugnação, para que seja suspensa a sessão marcada, de forma que o instrumento convocatório possa ser readequado aos aspectos aqui ventilados e, após, marcando nova data para a realização do certame licitatório.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Vinhedo-SP, 22 de setembro de 2023

Litucera Limpeza e Engenharia Ltda
CNPJ 62.011.788/0001-99


Alberto Dario Bico
OAB/SP 405.701

Ezio Castilho Paiva
OAB/SP 270.965
OAB/TO nº 10.909-A
OAB/PI nº 20.314



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA, empresa com endereço à Rua Eduardo Ferragut nº 55, Pinheirinho, Vinhedo – SP, CEP 13.289-322, inscrita no CNPJ sob nº 62.011.788/0001-99, por seu procurador **BRUNO MOSCHETA GONÇALVES**, brasileiro divorciado, empresário, portador do RG. nº 28.771.906-SSP/SP, CPF nº 277.768.278-00, residente à Rua Igaratá nº 945, Marambaia, Vinhedo/SP.

OUTORGADOS: EZIO CASTILHO PAIVA, brasileiro, divorciado, advogado, portador do RG 24449052 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 250.498.178-38, OAB/SP 270.965, com endereço comercial situado na Rua Eduardo Ferragut nº 55, Pinheirinho, Vinhedo/SP, CEP 13289-322; EDMUR BATISTA GIURIATI, brasileiro, casado, Gerente de Licitações, portador de RG sob o nº 43.374.739-0 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 338.641.848-19, com endereço comercial situado na Rua Eduardo Ferragut nº 55, Pinheirinho, Vinhedo/SP, CEP 13289-322; ALBERTO DARIO BICO, casado, advogado, portador do RG 43.363.736-5 SSP-SP, inscrito no CPF 349.226.358-58, OAB 405.701, com endereço profissional à na Rua Eduardo Ferragut nº 55, Pinheirinho, Vinhedo/SP, CEP 13289-322; OTERIO GENIR HOFF, brasileiro, solteiro, engenheiro ambiental, portador do RG nº 60.408.289-7 SSP-SP, inscrito no CPF Nº 033.604.879.31, CREA 162280.9, CREA/SP 5070802565, CRQ 13303285, com endereço comercial situado na Rua Eduardo Ferragut nº 55, Pinheirinho, Vinhedo/SP, CEP 13289-322; THIAGO MARTINS DA SILVA, brasileiro, solteiro, Assistente de Licitação, portador do RG nº 502350994 SSP-SP, inscrito no CPF nº 424.071.638 – 18, endereço comercial situado na Rua Eduardo Ferragut nº 55, Pinheirinho, Vinhedo/SP, CEP 13289-322; CLAUDILSON ANTÔNIO CHAGAS SILVA, brasileiro, casado, Assistente de Licitação, portador do RG 48.231.205-1 SSP-SP, inscrito no CPF nº 401.543.388-26, com endereço comercial situado na Rua Eduardo Ferragut nº 55, Pinheirinho, Vinhedo/SP, CEP 13289-322; DANIEL SEREZUELA SOTANO, brasileiro, casado, analista administrativo, portador do RG 34.465.796 SSP/SP, CPF 362.393.188-84, com endereço comercial situado na Rua Eduardo Ferragut nº 55, Pinheirinho, Vinhedo/SP, CEP 13289-322.

PODERES:

Para, agindo separadamente, independente da ordem de nomeação, com amplos, gerais e ilimitados poderes, representá-la junto ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ-CISPARÁ, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2023, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2023, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 018/2023, do tipo MENOR PREÇO, Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, destinada ao atendimento de necessidades eventuais e futuras surgidas no âmbito dos Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços do Alto do Rio Pará, consoante especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) do edital; podendo para tanto juntar documentos, prestar declarações, cumprir exigências, assinar documentos e propostas, inclusive substabelecer esta, com ou sem reserva de poderes, tudo em nome da Outorgante, praticar, enfim, todos os demais atos necessários ao completo desempenho do presente mandato, em especial para formular ofertas e lances de preços; formular propostas; lances verbais; negociar preço; interpor recursos e desistir de sua interposição; praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Vinhedo/SP, 22 de setembro de 2023


LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA.
Bruno Moscheta Gonçalves